

A POLÍTICA EXTERNA TURCA SOB O AKP

Ricardo Fagundes Leães¹

Resumo

A Turquia vem atravessando uma grande transformação em termos de política externa há pouco mais de uma década, quando da ascensão do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP). Alicerçado na “Teoria da Profundidade Estratégica”, do acadêmico Ahmet Davutoğlu, o partido tratou de corrigir os rumos da diplomacia turca, que sempre esteve balizada na aliança com os Estados Unidos e em um distanciamento com os países vizinhos, a despeito de alguns desvios pontuais. Através do estudo da bibliografia especializada, dos discursos oficiais e de dados econômico-comerciais, o presente artigo tratará das modificações por que passou a Turquia em suas relações internacionais, enfatizando os aspectos regionais. É do escopo deste trabalho, portanto, averiguar as causas que possibilitaram essa reorganização estratégica, que se produziram a partir de mudanças no sistema internacional e na economia turca. Essa investigação se faz premente na medida em que recrudesce a disputa de grandes potências pela influência geopolítica no Oriente Médio, Cáucaso e Ásia Central, regiões justamente onde as lideranças turcas apregoam que seu país reúne as capacidades necessárias para assumir um papel proeminente.

Palavras-chave: AKP, Turquia, Política Externa

Abstract

Turkey has undergone great changes over the last decade when it comes to its foreign policy, since the Development and Justice Party (AKP) came to power. Based on the “Theory of Strategic Depth”, developed by Ahmet Davutoğlu, the party has tried to shift the main aspects of Turkish diplomacy, which has always been structured around an alliance with the US, despite some minor detours. Drawing on the study of the specialized literature, of official statements and economic data, this article discusses the modifications of Turkey’s international relations, stressing its regional components. This article aims, therefore, to analyze the causes resulting from changes in the international system and the Turkish economy that may have allowed that strategic reorientation. This research becomes extremely important insofar as the great powers’

¹ Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É graduado em Relações Internacionais pela mesma instituição, onde foi bolsista voluntário do Prof. Dr. Paulo Vizentini, em um grupo de pesquisa sobre as relações entre a China e a África. E-mail: ricardofleaes@gmail.com

struggle for dominance in the Middle East, Caucasus and Central Asia intensifies. These regions are considered by the Turkish leadership as the ones where their country is supposed to play a major role.

Key-words: AKP, Turkey, Foreign Policy

INTRODUÇÃO

A eleição do partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), na Turquia, implicou uma alteração de rumos em termos de política externa, pois suas lideranças tinham o objetivo de dar destaque aos assuntos regionais, a fim de que os turcos pudessem exercer uma posição de primazia entre seus vizinhos. É do escopo deste artigo, então, analisar essas transformações, sobretudo em termos regionais, com o intuito de verificar as origens do projeto de poder turco e sua viabilidade. Em um primeiro momento, foram descritos os principais fenômenos que dizem respeito à diplomacia turca antes da ascensão do AKP, a fim de averiguar quais foram os fatores que permitiram a sua guinada posterior. Em seguida, através do estudo da bibliografia especializada e da coleta de dados econômico-comerciais, foi explorada a atuação turca no Oriente Médio, Cáucaso e Ásia Central, áreas onde o governo do país acredita que sua influência é imprescindível. Assim, além de apresentar as razões que possibilitaram um câmbio fundamental na política externa regional da Turquia, foram averiguados casos concretos, para dar sustentação às premissas apresentadas. Enfim, foram ponderadas as adversidades que a Turquia ainda tem de enfrentar para atingir suas metas.

Recentemente, foram várias as mudanças que ocorreram na política turca, tanto em nível interno quanto externo. Nesse último aspecto, salienta-se o fato de que o país relativizou a prioridade que antes tiveram Estados Unidos e

União Europeia, ainda que não tenha se tornado hostil à parceria com esses países. De qualquer maneira, foi significativa a não permissão do uso do território turco para a invasão norte-americana ao Iraque, em 2003, e tampouco pode ser ignorado o crescente desinteresse turco para ingressar na União Europeia. A hipótese que norteia esse artigo é de que essa nova perspectiva estratégica se alicerça em fenômenos econômicos, sistêmicos e políticos, cuja gênese vincula-se ao governo de Turgut Özal, que empreendeu medidas para fomentar a industrialização e o crescimento via exportações. Na sequência, o encerramento da Guerra Fria aumentou a margem de manobra do governo turco, ao eliminar a necessidade de um protetor externo. Finalmente, a ascensão do AKP representou o elemento político da reconfiguração da diplomacia turca.

1. Princípios fundamentais da política externa turca no século XX

Para que se entenda a envergadura das modificações das relações internacionais da Turquia na última década, deve-se sublinhar que, assim que se encerrou a Segunda Guerra Mundial, a Turquia ingressou na esfera de influência norte-americana, com o claro intuito de frear uma eventual agressão soviética em sua soberania. Na verdade, duas décadas antes, o país havia passado por violentos conflitos com gregos e italianos, que tinham ambições em regiões turcas. Nessas circunstâncias, a preocupação com a integridade pautou suas relações internacionais durante um longo período, e os Estados Unidos eram vistos como um protetor adequado à manutenção do *status quo*. É sintomática, portanto, a adesão da Turquia à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1952, confirmando a adesão do país ao projeto de poder do bloco capitalista ocidental. Da mesma forma, Ancara reconheceu o Estado de Israel em 1949, sendo o primeiro Estado muçulmano a fazê-lo, o que

levantou suspeitas contra si por parte do restante da comunidade islâmica (DICLE, 2008, p. 13).

Apesar de o estreitamento de laços turco-americanos ter se processado de maneira célere, não demoraram a aparecer alguns pontos de fissura entre os dois países. Em 1962, quando da Crise dos Mísseis em Cuba, a Turquia perdeu muito do interesse estratégico que tinha para os Estados Unidos, em virtude da retirada dos mísseis norte-americanos que haviam sido instalados no princípio da Guerra Fria. Naturalmente, esse fenômeno veio de encontro aos interesses turcos, que tratavam a bipolaridade e a aliança com Washington como pressupostos basilares de sua diplomacia. Em seguida, a independência de Chipre e a disputa turco-grega pela ascendência sobre a ilha ampliou essas adversidades, uma vez que os EUA não queriam que a Turquia interferisse na questão cipriota, mas Ancara agiu à sua revelia. Assim, entre 1962 e 1979, foram conturbadas as relações turco-americanas, mesmo que esses desvios não tenham reorientado a política externa turca como um todo, sobretudo sob o prisma regional, onde o país ainda era percebido como um *outsider* perigoso, ao qual não deveria ser dado crédito (CARLEY, 1997, p. 02 e 03).

A invasão soviética ao Afeganistão e a Revolução Islâmica no Irã, em virtude do reordenamento geopolítico que acarretaram, devolveram à Turquia o lugar que ocupava nas prioridades das relações internacionais dos Estados Unidos. Naturalmente, a presença de tropas soviéticas desagradava os EUA, temerosos de uma expansão da influência comunista no Oriente Médio e na Ásia Central. Na mesma linha, a queda do Xá no Irã fez com que um dos principais aliados norte-americanos nessa região se transformasse em um dos maiores focos de oposição aos Estados Unidos.

Já em 1980, então, como sinal dessas modificações, Ancara e Washington ratificaram um Acordo de Cooperação Econômica e de Defesa (DECA), que

constituiu a base da parceria militar que ambos desenvolveram ao longo dessa década. Ademais, é fundamental salientar que a Turquia encetou uma auspiciosa trajetória de crescimento econômico no período. A introdução de mudanças econômicas por seu presidente, Turgut Özal, lhe permitiu elevar sobremaneira os gastos militares, além de realizar um intensivo programa de modernização de suas Forças Armadas, com coordenação norte-americana (DICLE, 2008, p. 31-34).

Se a conjuntura externa foi imprescindível para viabilizar a reaproximação turco-americana, fatores endógenos contribuíram extraordinariamente para que a Turquia começasse a mudar sua política externa regional, com mudanças imediatas e medidas que possibilitaram os acontecimentos durante o governo do AKP. Acima de tudo, destaca-se que Özal, embora se regozijasse dos estreitos laços entre turcos e ocidentais, apregoava uma diversificação da diplomacia de seu país, com o fito de manter uma posição mais assertiva nas áreas adjacentes ao seu território. É forçoso reconhecer que a retórica ditou a tônica dessa correção de rumos, uma vez que permaneceram as dificuldades que a Turquia tinha para se firmar regionalmente. Ainda sim, não se pode perder de vista que a percepção do presidente turco não se sustentava no vazio, mas refletia interesses arraigados em alguns setores da sociedade turca, os quais acreditavam que o passado glorioso de sua nação – que dominou vastas extensões de terra no Oriente Médio – a impelia a exercer um papel proeminente perante seus vizinhos (ALTUNIŞIK & TÜR, 2005, p. 91 e 92).

A contribuição que Turgut Özal deu à Turquia, em termos econômicos, foi fundamental para que o país pudesse operacionalizar suas relações regionais nos dias de hoje. Até os anos 1980, Ancara assentava sua política industrial em um projeto de substituição de importações, cujo objetivo era fomentar a

industrialização através da proteção da concorrência externa. No entanto, Özal tratou de desmontar essa estrutura, acreditando que os turcos teriam mais benefícios se estivessem abertos aos investimentos externos, o que lhes proporcionaria crédito para financiar a expansão da economia, em decorrência da boa reputação externa. De fato, a Turquia entrou na rota financeira internacional, e sua mão-de-obra barata foi um atrativo para que europeus e norte-americanos transferissem plantas industriais ao país. Nessa conjuntura, a exportação de produtos manufaturados se tornou a força motriz da economia turca. Atualmente, os turcos se beneficiam de ter desenvolvido uma pujante capacidade industrial, que faz com que os países vizinhos – exportadores de commodities – tenham economias complementares à sua (ÖNIS, 2009, p. 11-14).

O desmoronamento da União Soviética e o conseqüente desfecho da Guerra Fria imprimiram uma grande alteração no sistema internacional, cujos efeitos foram particularmente significativos para a Turquia, que há décadas balizava sua política externa na bipolaridade. O desaparecimento da URSS, logo, representou um baque para os turcos, na medida em que o país perdia seu interesse estratégico para os Estados Unidos. Ainda sim, esse acontecimento foi percebido como uma oportunidade para que a Turquia revisse alguns de seus conceitos, aproveitando as lacunas abertas pela nova conjuntura. Deste modo, o país reafirmou seu apoio aos EUA, ingressando na coalizão que invadiu o Iraque durante a Guerra do Golfo (1991), mas tratou de ter uma política mais assertiva para o Oriente Médio. Da mesma forma, Ancara regozijou-se com o surgimento de cinco novos Estados na Ásia Central (Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão), dos quais apenas os tadjiques não são etnicamente túrquicos, tratando de oferecer apoio técnico para sua reconstrução (HIRO, 2009, p. 98 e 99).

O desmembramento da URSS fez com que a Turquia virasse seus olhos para o Cáucaso e para a Ásia Central, onde havia inúmeras novas oportunidades em termos de parceria estratégica. No caso do Azerbaijão, por exemplo, o país estabeleceu uma “aliança natural”, em decorrência da rivalidade que ambos compartilham em relação à Armênia. Esses componentes político-culturais são complementados pelos interesses econômicos, uma vez que a economia azeri é primordialmente exportadora de petróleo, e os turcos têm carências energéticas prementes. Os países da Ásia Central, por sua vez, também foram alvo da cobiça turca, que visavam à diminuição da presença russa nessa área. Nesses primeiros anos da independência dos novos Estados, Ancara se esmerou para firmar contratos de exploração de recursos naturais, a fim de fortalecer as empresas turcas nesse mercado. Da mesma forma, foram concedidas muitas bolsas de estudo para os habitantes desses países que estivessem interessados em programas de intercâmbio na Turquia (SAYARI, 2000, p. 174-176).

Os acontecimentos de maior saliência para a política externa regional turca, nesta década, ocorreram entre 1996 e 1997, quando Necmettin Erbakan assumiu a liderança do país. O primeiro-ministro era próximo de setores religiosos, e sua administração se caracterizou pelo objetivo de reaproximar a Turquia de suas raízes islâmicas, o que também tangia os assuntos internacionais. Erbakan, por exemplo, pretendia unir comercialmente as sociedades muçulmanas, e realizou uma conferência para viabilizar seu projeto, a criação de um Mercado Comum Islâmico. O premiê turco tampouco deu atenção às sanções econômicas que os Estados Unidos impuseram ao Irã, e propôs a construção de um gasoduto entre os países, o Tabriz-Ankara. Essas políticas, porém, descontentaram o Exército – bastião dos setores seculares na Turquia – que temiam que Erbakan pusesse em risco a parceria militar com

Israel. No ano seguinte à sua posse, então, as Forças Armadas o depuseram (DICLE, 2008, p. 69 e 70).

O cenário regional se mostrava conturbado para a Turquia às vésperas da ascensão do AKP. Além dos históricos confrontos com a Grécia e com o Chipre, os turcos também mantinham relações conturbadas com os sírios, em virtude do apoio que lhes era atribuído ao Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) e de disputas sobre o controle aquático no Tigre e no Eufrates, que também gerou querelas com o Iraque. Da mesma maneira, o Irã também era fonte de tensões, na medida em que a aliança turco-americana representava uma mácula para os muçulmanos, o que não era visto com bons olhos pelos governantes turcos. Finalmente, as relações que a Turquia cultivava com Israel eram de desagrado geral no mundo muçulmano, que percebiam o posicionamento turco como uma traição. Ainda sim, o fim da bipolaridade, a emergência de novos países e o crescimento econômico turco começavam a dar sustentação aos grupos que apregoavam uma diplomacia regional mais assertiva (SAYARI, 2000, p. 170-172).

2. A ascensão do AKP e as transformações matriciais da política externa turca

A inflexão na política externa turca que se verificou na última década foi embasada teoricamente por Ahmet Davutoğlu, acadêmico e político turco, que elaborou a “Teoria da Profundidade Estratégica”, também chamada de “Neo-otomanismo”. Essa concepção presume que o desfecho da Guerra Fria foi positivo para a Turquia, pois lhe abriu novas oportunidades em termos regionais. Nessas circunstâncias, Davutoğlu propugnava que seu país aproveitasse o ensejo e fortalecesse suas relações comerciais com seus vizinhos,

principalmente os novos Estados, ainda que os vínculos com os países desenvolvidos também fossem bem-vistos. Ademais, o teórico preconizava que a Turquia não era somente uma ponte entre o Ocidente e o Oriente, mas sim um país autônomo que deveria contribuir para a resolução de conflitos regionais, o que só seria viável se os turcos facultassem uma verdadeira política de “zero problemas com os vizinhos”, nas palavras do ideólogo (BARAN et al, 2008, p. 08-10).

Repara-se, então, que a visão de Davotuşlu se escorava nas novas características da sociedade internacional – o fim da bipolaridade – e econômicas internas da Turquia – crescimento via fomento da exportação de produtos industrializados. Por um lado, a queda da União Soviética não só acarretou o surgimento de novos países, mas os colocou no tabuleiro das relações internacionais centro-asiáticas, prontos para serem cobiçados por potências com pretensões hegemônicas. Igualmente, a emergência de um mundo pós-bipolar fez com que Ancara não mais precisasse balizar suas ações de acordo com as preocupações norte-americanas. Por outro lado, sob o prisma econômico, nota-se que as mudanças introduzidas por Turgut Özal começaram a se fazer sentir, pois a indústria turca se dinamizou, sendo capaz, a partir de então, de suprir a carência de artigos manufaturados nos países adjacentes. Nesse momento, os empresários turcos também passaram a pressionar o governo para que pudessem realizar, com mais robustez, investimentos externos (BARKEY, 2011, p. 04-06).

O primeiro acontecimento que sinalizou uma guinada na política externa turca deu-se em 2003, quando os Estados Unidos anunciaram que invadiriam o Iraque para depor Saddam Hussein. A princípio, o governo turco mostrou-se preocupado com a perspectiva de um Iraque desestabilizado sem Hussein, o que poderia representar ganhos significativos para os curdos iraquianos,

possibilitando um ressurgimento do PKK. Essa inquietude também esteve presente entre os parlamentares do AKP, que rejeitaram a permissão para que as tropas norte-americanas pudessem utilizar o território turco para ocupar o Iraque. Essa atitude teve um grande peso simbólico, uma vez que a Turquia sempre fora vista como um país subserviente aos interesses norte-americanos. Há de se ressaltar, sem embargo, que não houve uma subversão completa da diplomacia turca, pois o governo do AKP nunca abdicou de boas relações com os EUA, mas tem refutado uma posição de obediência acrítica às orientações de Washington (ALESSANDRI, 2010, p. 02 e 03).

O cadente interesse turco em ingressar na União Europeia configura outra significativa manifestação das transformações pelas quais vem passando o país. Conquanto Ancara não tenha retirado sua candidatura, há uma sensação generalizada de que o governo vem se empenhando cada vez menos para atingir esse antigo objetivo. Em larga medida, esse fenômeno decorre da desconfiança manifestada por amplos setores do AKP, que não veem com bons olhos a entrada da Turquia na UE, pois esse projeto nada mais seria do que uma expressão de subserviência e ocidentalização, as quais sempre estiveram ligadas ao kemalismo, ideário reprochado pelos membros do AKP. Há, também, receio de que um estreitamento de laços com os europeus seja nocivo à aproximação com os Estados vizinhos, colocando em risco as ambições regionais turcas (RAHIGH-AGHSAN, 2011, p. 46-49). Em conclusão, a crise econômica que tem assolado a Europa atenuou o fascínio que o continente tinha para muitos turcos, que já questionam os eventuais benefícios da adesão ao bloco.

Em termos políticos, também é indispensável observar que, a partir da década de 1990, a polarização partidária passou a balizar-se pelo embate entre seculares e religiosos, com um relativo ocaso da tradicional oposição entre direita e esquerda, que havia sido dominante nos decênios anteriores. A partir

daí, os grupos muçulmanos começaram a pleitear uma maior participação política, e tiveram de se defrontar com setores seculares, que temiam sua presença, pois eram vistos como um risco à laicidade do Estado. Embora os islâmicos já buscassem seu espaço na política turca desde os anos 1950, foi somente após a Guerra Fria que tiveram maior margem de manobra para atingir seus objetivos. Como visto anteriormente, o governo Erbakan empreendeu medidas nesse sentido, mas seu projeto foi abortado por um golpe militar. Realça-se, a esse respeito, a proeminência das Forças Armadas na política turca, o que se acentuava na medida em que essa instituição sempre se colocara como bastião da secularidade da República (BURAK, 2011, p. 148-150).

Ao sagrar-se vitorioso nas eleições de 2002, as lideranças do AKP logo se deram conta dos riscos que corriam, pois receavam que o Exército lhes proporcionasse um destino semelhante ao de Erbakan. Todavia, justamente para impedir que esse processo se materializasse, o AKP soube moderar seu discurso, tranquilizando os setores militares mais propensos a negar o direito de os grupos islâmicos controlarem os rumos do país. Na sequência, em 2005, Erdoğan teve êxito em alterar as prerrogativas institucionais da Suprema Corte Turca, a qual havia decretado o fechamento de partidos islâmicos no passado, sob a mesma alegação ressaltada pelos militares. A partir de 2005, porém, as regras para que os partidos políticos pudessem ser banidos do sistema eleitoral foram enrijecidas, de forma a dar sustentação ao próprio AKP. Nos últimos anos, Erdoğan também capitaneou projetos que esvaziaram muitas das funções políticas antigamente exercidas pelas Forças Armadas, o que foi do agrado da União Europeia, que há muito demandava a separação dos militares da política turca (ÇELIK & ÇELIK, 2012, p. 05 e 06).

Assim que Recep Erdoğan assumiu o cargo de Primeiro Ministro, pouco após a emergência do AKP, ele se tornou um dos principais responsáveis pela

formulação da política externa de seu país. Nesse aspecto, deve-se frisar que Erdoğan é um entusiasta da “Teoria da Profundidade Estratégica”, o que fez com que o princípio de “nenhum problema com os vizinhos” fosse um dos pilares de suas ações externas. Conforme visto anteriormente, a Turquia tem um histórico de desavenças regionais, o que fazia com que o projeto do governo não fosse de fácil execução. A Síria, por exemplo, nunca manteve um bom relacionamento com a Turquia, pois optou pelo apoio à causa curda, permitindo que seu território servisse de base para lideranças do PKK. Em 1999, os turcos ameaçaram os sírios de declarar guerra, a menos que estes extraditassem Abdullah Öcalan, um dos principais comandantes do PKK. Por outro lado, a construção de represas turcas às margens dos rios Tigre e Eufrates exasperava as lideranças sírias, uma vez que essa medida diminuía seu controle sobre a água do país (ZAFAR, 2012, p. 150-152).

Erdoğan, já no início de sua administração, tratou de deixar explícita sua intenção de reatar laços com a Síria. Em 2005, o premiê realizou uma visita oficial a Damasco, uma novidade em décadas, e ignorou os pedidos norte-americanos para aconselhar os sírios a deixar o Líbano. Na verdade, ambos compartilhavam um temor em relação à invasão norte-americana no Iraque, temendo pelos desdobramentos negativos que a queda de Saddam Hussein poderia acarretar. Assim, a reaproximação político-diplomática abriu espaço para um entendimento geral, que se estendeu à área comercial, sobretudo no que diz respeito às exportações turcas, que constituem o cerne das transações entre os países. Em 2000, a Turquia vendeu o equivalente a 184 milhões de dólares à Síria, índice que ultrapassou 1,6 bilhão dez anos depois. Essa situação, todavia, sofreu um estrondoso revés em 2011, quando o governo Assad passou a enfrentar pressões para renunciar (ERTUĞRUL, 2012, p. 01-03).

Conquanto a Síria possa ser entendida, até 2011, como o protótipo do sucesso da administração Erdoğan em termos de parceria regional, os acontecimentos subsequentes à Primavera Árabe solaparam os alicerces do entendimento a duras penas conquistado. De fato, quando principiaram as manifestações populares que clamavam pela deposição de presidentes autoritários no Egito, na Tunísia e na Síria, Ancara se posicionou de maneira favorável aos rebeldes, o que foi reconhecido pelos novos governos no Cairo e em Túnis. Entretanto, o regime de Bashar al-Assad provou-se muito mais resiliente do que o esperado e tratou de expulsar muitos de seus opositores para o território turco, como uma forma de retaliação à posição de Erdoğan. Desde então, a Turquia tem clamado por uma intervenção internacional na Síria, o que não acontece em virtude dos vetos russo e chinês. Deste modo, o futuro parece incerto para a relação turco-síria, e a saída de Assad parece ser condição *sine qua non* para um possível retorno à situação que precedeu a Primavera Árabe (ERTUĞRUL, 2012, p. 02-05).

As relações entre Turquia e Iraque, nos últimos anos, também atestam as mudanças que o AKP imprimiu na política externa turca. Em um primeiro momento, houve um grande receio em relação à possibilidade de que a deposição de Saddam Hussein pudesse suscitar um crescimento do PKK, o que poderia elevar o risco de atentados terroristas em solo turco. De fato, a derrocada de Saddam abriu espaço para um controle maior do Governo Regional do Curdistão (KRG), entidade política existente desde 1992, localizada no norte do Iraque. O KRG era visto pelos militares turcos como um porta-voz dos objetivos do PKK, razão pela qual a Turquia deveria combater para o seu fracasso enquanto unidade política autônoma. No entanto, à revelia dos interesses das Forças Armadas, Erdoğan reconheceu o KRG, em 2007, com o intuito de cimentar as bases para a resolução da questão curda em seu país. Na esteira desse acontecimento, o KRG passou a contribuir para que o PKK

deponha suas armas, alegando o verdadeiro interesse do AKP na solução do conflito (BARKEY, 2011, p. 02 e 03).

O comércio turco-iraquiano também tem florescido em virtude do acercamento político entre os países. Entre 2003 e 2010, para exemplificar, vê-se que as exportações turcas deram um salto de 829 milhões dólares para seis bilhões de dólares, o que deixa os iraquianos na segunda posição entre os maiores importadores da Turquia. Entretanto, assim como no caso da Síria, o recrudescimento no volume de negócios acontece, sobretudo, através do incremento das exportações turcas, uma vez que a economia iraquiana ainda se encontra muito fragilizada para oferecer uma contrapartida equivalente. É possível imaginar, porém, que essas adversidades sejam mitigadas em longo prazo, uma vez que o enorme potencial petrolífero do Iraque faz com que os países apresentem um invejável grau de complementaridade econômica. Além disso, os empresários turcos têm se destacado por realizar grandes investimentos no Iraque, sobretudo na construção civil e em sua infraestrutura, que foi severamente danificada por três guerras desde 1980 (LINDENSTRAUSS & AKSOY, 2012, p. 52 e 53).

Ainda que a Turquia esteja muito mais próxima do Iraque do que em épocas passadas, persistem obstáculos que podem colocar em xeque os resultados obtidos até o momento. Geograficamente, é possível observar claramente que Ancara exerce grande influência no norte iraquiano, onde predominam curdos e sunitas, o que favorece os turcos, que estreitaram sua parceria com o KRG a partir de 2007. No entanto, no Sudeste do país, a maioria da população é xiita, e não tem uma boa visão da Turquia, por razões históricas, além de ser tradicionalmente vinculada ao Irã, também xiita. Deste modo, cria-se uma rivalidade turco-iraniana, que se agrava à medida que os turcos elevam suas inversões no setor petrolífero iraquiano, que compete com a produção

iraniana. Ademais, o atual Primeiro Ministro do Iraque, Nouri al-Maliki, é considerado um representante da parcela xiita da população, o que o aproxima do Irã e o distancia da Turquia (YEGIN & OZERTEM, 2013, p. 02 e 03).

O Irã, por sua vez, apresenta um histórico conturbado de relações com a Turquia, com momentos de entendimento e de oposição acirrada. Sob o mandato de Erdoğan, as conversas foram retomadas, e o governo turco, junto com o Brasil, tentou propor soluções à questão nuclear iraniana através da Declaração de Teerã, em 2010. Entretanto, esses diálogos não tiveram efeitos em termos econômicos, ainda que os turcos precisassem do petróleo e do gás natural iranianos. Em 2008, ocorreu a assinatura de um Memorando de Entendimento que objetivava facilitar o fluxo de investimentos para o setor energético do Irã, o que ainda não saiu do papel em virtude das discordâncias em torno dos preços e das sanções internacionais que Teerã recebe (KINNANDER, 2010, p. 21 e 22). Tampouco favorece a coordenação turco-iraniana a questão síria, uma vez que Assad é um dos únicos aliados iranianos, o que contrapõe os interesses desses países, além da disputa pela esfera de influência no Iraque

A Líbia, desde os anos 1980, era um país com o qual a Turquia conservava interesses econômicos estratégicos, em razão da importação de petróleo líbio e dos investimentos externos que os setores empresariais turcos mantinham na Líbia, principalmente na construção civil. Não obstante, Muammar Gaddafi não se abstinha de tecer duras críticas à política externa turca, a qual era vista como um subproduto do domínio norte-americano no Oriente Médio. Nesse quadro, a eleição do AKP propiciou uma alteração nesse paradigma, pois o governo líbio passou a ver Ancara como um aliado em potencial. A Primavera Árabe, entretanto, trouxe um impasse à Turquia, que não queria ser vinculada à imagem do ditador líbio, mas tampouco podia

prescindir dos laços econômicos estabelecidos, o que fez com que o governo evitasse se manifestar sobre o assunto em um primeiro momento. Mesmo assim, após esse período de hesitação, Erdoğan concordou em unir-se à intervenção internacional que visava à queda de Gaddafi (TURAN, 2011, p. 02 e 03).

O relacionamento entre Líbano e Turquia igualmente passou por profundas transformações a partir de 2003. Até então, os turcos não gozavam de uma imagem positiva perante a maior parte da população libanesa. Na realidade, é fundamental realçar que o Líbano é um país multiétnico, onde predominam cristãos maronitas, xiitas, sunitas, drusos, armênios e palestinos. Dentre esses, somente sunitas e os drusos não eram críticos da Turquia, uma vez que xiitas e armênios se ressentiam da perseguição que sofreram do Império Otomano, ao passo que palestinos se ressentiam em função da parceria turco-israelense. Consequentemente, em virtude da nova postura do governo turco no tocante ao conflito entre Israel e Palestina, os libaneses alteraram sua percepção de Ancara. Em 2006, quando Tel Aviv ordenou a invasão ao território libanês, Erdoğan não mediu palavras para repreender essa atitude, o que foi muito bem recebido em Beirute. Da mesma forma, o AKP tem assegurado o envio de vultosas somas para apoiar a reconstrução libanesa (AYHAN, 2009, p. 16).

Turquia e Egito também se avizinharam nos últimos anos, ainda que não houvesse grandes focos de disputa entre os dois países antes da emergência do AKP. De fato, até 2003, as relações turco-egípcias poderiam ser consideradas frias, pois inexistiam manifestações de desagrado ou afeto. A fim de reverter esse cenário, Erdoğan conseguiu aprovar um Acordo de Livre Comércio com o Cairo, visando ao aumento do volume de comércio e investimentos. Na sequência, Mubarak e Erdoğan também decidiram estender a parceria à área

energética, através da criação de um gasoduto entre os territórios de seus países, para facilitar o escoamento de recursos naturais. Em 2011, em decorrência das revoltas sociais contra Mubarak, a Turquia apoiou os rebeldes, e se esmerou para estreitar laços com a Irmandade Muçulmana. No mesmo ano, o premiê turco viajou ao Cairo para encetar negociações em torno de uma possível parceria militar, que segue em pauta. Contudo, a instabilidade política no Egito pós-Mubarak suscita dúvidas sobre os rumos que vão tomar as relações entre os países (US NEWS, 2013).

A questão palestina configura um dos mais importantes sinais de mudança na política externa turca em âmbito regional. Como ressaltado anteriormente, a Turquia reconheceu Israel em 1949 e manteve uma relação bastante cordial com este país, sem dar muita atenção ao conflito com os palestinos. Durante os anos 1990, houve uma solidificação dessa parceria em termos militares, o que foi essencial para a modernização das Forças Armadas da Turquia. Com a eleição de Erdoğan, porém, essa situação foi invertida: em 2004, o Primeiro Ministro turco recusou um convite de Ariel Sharon para uma visita oficial, e optou por se encontrar com lideranças palestinas e com representantes do Partido Trabalhista Israelense. Posteriormente, Tel Aviv foi abertamente repreendida por sua ação no Líbano, em 2006, e na Faixa de Gaza, em 2009. Ademais, Ancara reconheceu a vitória do Hamas e sua legitimidade para controlar a Autoridade Nacional Palestina (ANP), contrariamente a outros países, que justificam sua recusa pelo caráter terrorista da organização (ARAS, 2009, p. 08-10).

Embora a postura do AKP em relação à Palestina naturalmente tenha um caráter ideológico, dadas as raízes do partido, essa atitude revela um caráter programático mais significativo, elemento basilar da “Teoria da Profundidade Estratégica”: a ênfase na capacidade turca para resolver os conflitos regionais.

Com efeito, a Turquia não mais se abstém de tratar esse tema, reforçando a necessidade de criar um Estado Palestino com bases soberanas. Como não poderia deixar de ser, essa posição vai de encontro aos interesses de Israel, cujo governo tem reprovado constantemente o comportamento de Ancara. Sob outro prisma, é preciso frisar que essa nova perspectiva foi imperiosa para que a Turquia pudesse se aproximar de Síria, Líbano e da própria ANP, que durante muito tempo lamentaram as decisões turcas no tocante ao assunto. Atualmente, porém, além de defender a causa palestina em declarações oficiais, o governo turco tem promovido atividades destinadas à arrecadação de doações para as comunidades que habitam na Faixa de Gaza (ARAS, 2009, p. 08-10).

A política da Turquia para o Cáucaso alicerça-se em quatro eixos desde a promoção do AKP. Em primeiro lugar, nota-se um esforço para institucionalizar o diálogo entre todas as partes, através de sistemáticos encontros de chefes de Estados. É nessa linha que se situa o Conselho de Cooperação Estratégica de Alto Nível, onde debatem os governantes interessados na integração regional. A interdependência econômica é o segundo ponto de apoio, e trata de fomentar o comércio e os investimentos entre os países da região. Terceiro, vê-se a tentativa de garantir que os projetos em andamento abarquem todos os Estados, o que, embora seja mais difícil, poderia assegurar uma parceria mais duradoura. Por fim, destacam-se as medidas que procuram viabilizar a convivência pacífica e tolerante entre os diversos grupos étnicos, o que é imprescindível considerando-se o histórico de atritos entre armênios e turcos e entre azeris e armênios. Em boa medida, esses acontecimentos coadunam com o comportamento turco no Oriente Médio, visto que denotam sua vontade de se mostrar como um ator de indispensável relevância (ARAS & AKPINAR, 2011, p. 55 e 56).

A cooperação energética é um dos tópicos de maior notoriedade no que tange às relações da Turquia com os Estados do Cáucaso, principalmente a Geórgia e o Azerbaijão. Nos últimos anos, foram criados o oleoduto Baku-Tbilisi-Ceyhan (BTC) e o gasoduto Baku-Tbilisi-Erzurum (BTE), que organizam o transporte dos recursos naturais azeris – petróleo e gás natural – até a Turquia através da Geórgia, onde são reexportados, em sua maior parte para a Europa. Essa infraestrutura tem o fim explícito de desviar o controle desses recursos de Irã e Rússia, que também são muito ricos nesse aspecto. Consequentemente, os atritos dos países ocidentais com russos e iranianos fazem com que a Turquia tenha meios para se tornar um hub energético fundamental, o que representa uma tática do governo Erdoğan para que seu país tenha uma importância geoestratégica maior. Portanto, em função de sua riqueza energética e de sua disputa comum com a Armênia, o Azerbaijão tem extrema relevância para Turquia (GOKSEL, 2009, p. 02-04).

Com efeito, muito embora o princípio do AKP de que os conflitos com os vizinhos turcos devem resolvidos rapidamente, o histórico confronto com a Armênia parece muito longe de ser solucionado. Na realidade, os armênios ainda exigem que a Turquia reconheça ter praticado genocídio com seus antepassados no início do século XX, o que é impensável para os turcos, que alegam que as mortes ocorreram de lado a lado, e que não houve uma política deliberada de limpeza étnica por parte do governo otomano. Nessas circunstâncias, mesmo que Ancara tenha reconhecido a independência armênia de maneira célere, não houve uma aproximação entre os dois países, pois os turcos apoiaram os azeris na disputa territorial entre Armênia e Azerbaijão, já com interesses marcadamente geoeconômicos. Destarte, conquanto os países já tenham acordado uma retomada das negociações, pesa para Yeravan o não reconhecimento do genocídio por Ancara e sua inquebrantável aliança com Baku, que pressiona para a manutenção do *status quo* (ZANOTTI, 2012, p. 23).

A Geórgia, por outro lado, é essencial para que os turcos possam materializar seus objetivos em termos energéticos, em consequência de sua localização geográfica, pois é através deste país que a Turquia tem acesso à produção azeri. Deste modo, o desenvolvimento da infraestrutura georgiana é basilar para que Ancara aumente sua capacidade de reexportar petróleo e gás natural para a Europa, assim como a cooperação securitária, para assegurar que inexistam atritos entre os países. Além disso, embora o território georgiano careça de recursos energéticos, Tbilisi pode ser útil à economia turca, cuja dependência energética se agrava ano a ano, visto que seu potencial hidroelétrico é bastante alto, o que tem atraído o interesse de empresários turcos. Por conseguinte, tem fluído uma quantidade nada negligenciável de investimentos para a Geórgia, a fim de incrementar sua produção de energia elétrica através da construção de represas e usinas hidroelétricas, o que barateia custos para a economia da Turquia (EISSLER, 2012, p. 01-03).

Tão logo desmoronou a União Soviética, a Ásia Central adquiriu uma dimensão primordial para a política externa da Turquia, como efeito do aparecimento de cinco novos Estados, quatro dos quais têm origem étnica túrquica. Dessa forma, o governo turco tratou de se acercar dos novos países no momento em que suas independências foram declaradas, argumentando que os laços culturais comuns os impeliam à integração regional. De fato, na sequência das primeiras visitas oficiais que foram realizadas entre os chefes de Estados, a cooperação educacional foi a primeira a sair do papel, através da concessão de bolsas de estudo para jovens que quisessem estudar na Turquia, o que poderia facilitar a transição do alfabeto cirílico – imposto durante a dominação soviética – para o alfabeto romano. Nesse momento, Turgut Özal era ainda Primeiro Ministro, e saudou essa nova conjuntura, que poderia oferecer ao seu país a oportunidade para que estendesse sua área de influência do Mar Adriático até a fronteira com a China (EFEGIL, 2009, p. 75 e 76).

Após o entusiasmo inicial, todavia, os resultados logo se mostraram muito decepcionantes para a Turquia, que esperava viabilizar a aproximação com a Ásia Central em um tempo recorde. O que se observou, contudo, foi uma elevada dose de romantismo nos movimentos iniciais, pois os turcos imaginavam que a proximidade étnico-cultural se suficiente para assentar a cooperação. Entretanto, esses países ainda se encontravam profundamente vinculados à Rússia, uma vez que sua indústria e infraestrutura haviam sido criadas pela União Soviética, o que limitava sua capacidade para atuar à revelia de Moscou. Deste modo, para que Ancara pudesse se apresentar como uma nova liderança para esses países, teria de ter meios para financiar a criação de uma infraestrutura para estabelecer sua conexão com a Ásia Central. Também seria imprescindível uma atuação contundente do empresariado turco, com condições para realizar grandes investimentos nessas economias, para que surgisse uma alternativa à parceria com a Rússia (HIRO, 2009, p. 99 e 100).

Malgrado a inaptidão turca para realizar esses vultosos investimentos na Ásia Central, não se pode afirmar, tampouco, que sua ação se provou infrutífera, pois há inúmeras evidências que mostram o contrário. Em termos comerciais, por exemplo, ressalta-se que o comércio total entre a Turquia e os cinco países centro-asiáticos totalizava 844 milhões de dólares em 2002, índice que ultrapassou os seis bilhões de dólares em 2010. O Cazaquistão é o principal parceiro comercial turco na região, pois seus negócios contam por aproximadamente metade desse valor absoluto. Esse desempenho é explicado pelas grandes reservas de recursos energéticos no país, o que lhe tem proporcionado meios para crescer economicamente com bastante envergadura. Assim, os cazaques passam a vender produtos de que a Turquia tem muita necessidade, assim como têm condições para adquirir os produtos turcos como químicos, materiais de construção, têxteis e alimentos. Há, igualmente, uma participação significativa da Turquia nos setores de telecomunicações,

construção civil e logística urbana, e seus empresários extraem petróleo cazaque desde que foram criadas *joint ventures* com companhias locais (NICHOL, 2012, p. 12 e 13).

O Quirguistão é o país da região com o qual a Turquia mantém o nível mais baixo de parceria comercial. Apesar dos resultados pouco expressivos até agora, há a expectativa para uma reversão, uma vez que os quirguizes conseguiram ingressar na Organização Mundial do Comércio (OMC), em virtude de sua reconhecida estabilidade institucional, tornando-se o único centro-asiático a fazê-lo. Todavia, o Quirguistão não dispõe de recursos energéticos, o que faz com que sua pauta comercial com a Turquia se componha basicamente de suas importações. Semelhantemente, o Tajiquistão não sobressai como um grande aliado turco, ainda que seu comércio com Ancara seja mais significativo do que o quirguiz. De maneira geral, os tadjiques têm pouco a oferecer para os turcos, à exceção do alumínio, mas vêm comprando cada vez mais manufaturados da Turquia. No tocante aos investimentos externos diretos, vê-se que há algumas inversões no Quirguistão, mas praticamente nada no Tajiquistão (EFEGIL, 2009, p. 78-80).

O Uzbequistão é, atualmente, o terceiro país da Ásia Central em importância para a Turquia. Suas exportações consistem, sobretudo, em cobre, petróleo e gás natural e suas importações se compõem de produtos manufaturados, o que evidencia mais uma vez a complementaridade econômica entre Ancara e os vizinhos centro-asiáticos. Ultimamente, o IED turco tem recrudescido substancialmente no território uzbeque, visando ao incremento de sua capacidade produtiva, mas a instabilidade política do país atrapalha o processo. O Turcomenistão, enfim, é o segundo maior parceiro comercial da Turquia na região, vendendo aos turcos, mormente, algodão, petróleo e gás natural. Ademais, os investimentos da Turquia tem se ampliado

consideravelmente, com ênfase na construção civil. Deve-se realçar, também, que há um projeto, ainda não concretizado, para a criação de um gasoduto ligando o Turcomenistão ao Azerbaijão, o que reduziria a importância do Irã e da Rússia para os turcomenos. (AKKOYUNLU, 2008, p. 150-155).

A análise de casos permite afirmar que a política externa turca passou por indeléveis transformações desde a ascensão do AKP, as quais estavam assentadas na “Teoria da Profundidade Estratégica”, de Davutoğlu. Além de atenuar confrontos históricos com alguns países vizinhos, o governo turco foi capaz de estreitar laços comerciais com as economias da região, o que se tornou possível em decorrência da complementaridade que há entre a Turquia e muitos países no Oriente Médio, Cáucaso e Ásia Central. No entanto, os acontecimentos oriundos da Primavera Árabe suscitam questionamentos sobre o que poderá acontecer nos Estados que passaram por trocas de governo, ainda que isso aparentemente não seja um problema para a Turquia nos casos egípcio e líbio. Na Síria, porém, a situação já está insuportável, e a permanência de Assad no poder deve colocar em risco os avanços que foram conquistados ao longo da última década.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, argumentou-se que os câmbios da política externa turca podem ser explicados à luz das alterações sistêmicas, econômicas e políticas pelas quais passou o país nas últimas décadas. O fim da bipolaridade, o crescimento através da industrialização e do fomento às exportações de produtos manufaturados e as concepções de mundo dos líderes do AKP, consubstanciadas na teoria desenvolvida por Ahmet Davutoğlu, são ferramentas imprescindíveis para explicar o novo papel que a Turquia tem

aspirado desempenhar em termos regionais. Sublinha-se, além disso, o triunfo de Erdoğan em alijar os militares da política turca e cingir as prerrogativas da Suprema Corte para banir os partidos com raízes islâmicas. Nessas circunstâncias, foram inúmeras as mudanças que aconteceram nos últimos anos, e as perspectivas para que Ancara venha a exercer um papel mais assertivo no Oriente Médio, no Cáucaso e na Ásia Central recrudesceram exponencialmente, na medida em que os laços político-econômicos entre os turcos e seus vizinhos se estreitaram bastante.

Conforme atestam as análises de casos concretos feitas acima, observa-se que a diplomacia turca se direcionou para os assuntos regionais, ainda que a manutenção de relações cordiais com os países ocidentais não esteja em questão, dada sua importância econômica. Ancara se esmerou ao máximo para tornar o conceito de “nenhum problema com os vizinhos” uma realidade, e, ao menos até 2011, os resultados foram bastante satisfatórios, pois o país se reaproximou de Síria, Líbano e Iraque, e ainda criou mecanismos para aplacar o suporte que o PKK recebia nesses países. O governo turco também passou a ter uma atuação mais vigorosa na resolução dos conflitos regionais, posicionando-se em favor da ANP no conflito israelo-palestino, e participando ativamente da Declaração de Teerã, pela qual tentou dirimir o isolamento iraniano da sociedade internacional. Não houve sucesso, porém, em relação à Armênia, pois o tema do genocídio permaneceu um tabu, e as boas relações com o Azerbaijão jamais poderiam ser questionadas.

Sob o prisma econômico, os impactos do “neo-otomanismo” também se fizeram notar, o que foi demonstrado pelos dados expostos anteriormente. Além de multiplicar as relações comerciais com os países vizinhos – o que foi potencializado pela complementaridade econômica entre o mercado turco e os seus próprios –, a Turquia pôde incrementar seus investimentos externos nesses

Estados, visto que sua classe empresarial já é madura para liderar inversões em recursos energéticos, construção civil e infraestrutura. Todavia, a despeito desse êxito, ainda há problemas a serem contornados: a Ásia Central, por exemplo, ainda não é um espaço geoeconômico viável se sua relação com a Rússia for desconsiderada, e cabe à Turquia investir maciçamente em sua infraestrutura para que o comércio desses países não dependa de Moscou. No Cáucaso, o sucesso foi apreciável, mas persiste a necessidade de melhorar as condições estruturais na Geórgia e no Azerbaijão, assim como sua ligação com a Ásia Central.

Além de explorar as origens da política externa da Turquia ao longo do governo do AKP, deve-se frisar que não foram casuísticos os principais acontecimentos nesse período, nem mera consequência de processos iniciados anteriormente. Com efeito, o projeto de Davutoğlu tem sido a diretriz da diplomacia turca, e os assuntos regionais se tornaram prioritários, fato absolutamente *sui generis* na história recente do país. A inquebrantável parceria com os Estados Unidos deu lugar a um relacionamento mais pragmático, no qual há espaço para questionamentos e críticas, mesmo que as manifestações de cordialidade ainda sejam sua tônica. Do mesmo modo, o ingresso na União Europeia não ocupa mais uma posição de centralidade para a Turquia, e seu governo tem indicado cada vez menos interesse em pertencer a essa instituição. Não é possível ignorar, não obstante, que os investimentos externos norte-americanos e europeus ainda são cruciais para assegurar a continuidade do crescimento econômico turco, naturalmente indispensável para seu projeto de poder.

REFERÊNCIAS

- AKKOYUNLU, Seyma. **Turkey in the Caspian Sea Region**. University of Central Florida, 2008.
- ALESSANDRI, Emiliano. **The New Turkish Foreign Policy and the Future of Turkey-EU Relations**. In: Instituto Affari Internazionali, Documenti IAI, 2010.
- ALTUNISIK, Meliha; TÜR, Özlem. **Turkey: Challenges of Continuity and Change**. London: Routledge Curzon, 2005.
- ARAS, Bulent. **Turkey and the Palestinian Question**. In: Foundation for Political Economic and Social Research, Brief n° 27, 2009.
- ARAS, Bulent; AKPINAR, Pinar. **The Relations Between Turkey and the Caucasus**. In: Perceptions, Vol. 16 n° 3, 2011.
- AYHAN, Veysel. **Turkey-Lebanon Relations: Perceptions of Turkey Among the Religious and Sectarian Factions in Lebanon**. In: Center for Middle Eastern Strategic Studies, Report n° 5, 2009.
- BARAN, Zeyno et al. **Turkey's Identity and Strategy: A Game of Tri-Dimensional Chess**. In: Power and Principles: International Leadership in a Shrinking World, 2008.
- BARKEY, Henri. **Turkish Foreign Policy and the Middle East**. Ceri Strategic Papers, SciencesPo. N° 10, 2011.
- BURAK, BEGÜM. **The Role of the Military in Turkish Politics: To Guard Whom and From What?** In: European Journal of Economic and Political Science, Vol. 4 n° 1, 2011.
- CARLEY, Patricia et al. **Greek-Turkish Relations and U.S. Foreign Policy**. In: United States Institute of Peace, 1997.
- ÇELİK, Aliye; ÇELİK, Laura. **Turkey: Current and Future Political, Economic and Security Trends**. In: Canadian Defense & Foreign Affairs Institute, 2012.
- DICLE, Betül. **Factors Driving Turkish Foreign Policy**, 2008.
- EFEĞİL, Ertan. **Rationality Question of Turkey's Central Asia Policy**. In: Bilgi, Vol. 19, n° 2, 2009.
- EISSLER, Eric R. **Regional Energy Security: Turkey's Ambition to Become a Regional Energy Hub**. In: Reserch Turkey, 2012.

ERTUĞRUL, Dogan. **A Test for Turkey's Foreign Policy: The Syrian Crisis**. In: TESEV Foreign Policy Programme, 2012.

GOKSEL, Nigar. **Turkey and Azerbaijan: Passion, Principle or Pragmatism?**. In: The German Marshall Fund of the United States, 2009.

HIRO, Dilip. *Inside Central Asia*. Londres: Overlook Duckworth, 2009.

KINNANDER, Elin. **The Turkish-Iranian Gas Relationship: Politically Successful, Commercially Problematic**. Oxford Institute for Energy Studies, ng 38, 2010.

LINDENSTRAUSS, Galia & AKSOY, Furkan. **Turkey and Northern Iraq: Tightening Relations in a Volatile Environment**. In: Strategic Assessment, V. 15 n° 3, 2012.

NICHOL, Jim. **Kazakhstan: Recent Developments and U.S. Interests**. Congressional Research Service, 2012.

ÖNIS, Zya. **The New Wave of Foreign Policy Activism in Turkey**. DIIS Report, Vol.5, 2009.

RAHIGH-AGHSAN, Ali. **Turkey's EU Quest and Political Cleavages under AKP**. In: Review of European Studies, V. 3 n° 1, 2011.

SAYARI, Sabri. **Turkish Foreign Policy in the Post-Cold War Era: The Challenges of Multi-Regionalism**. In: Journal of International Affairs, V. 54 n° 1, 2000.

TURAN, Ilter. **Turkey and the Mediterranean: Balancing Geopolitics and Geo- Economics**. Mediterranean Policy Program, 2011.

US NEWS. **The Biggest Loser of Cairo's Coup: Turkey**. Disponível em: <http://www.usnews.com/opinion/blogs/world-report/2013/07/18/turkeys-erdogan-is-in-a-bad-position-due-to-egypts-coup-against-morsi> Último Acesso em: 13/09/2013.

YEGIN, Mehmet & OZERTEM, Hasan. **Turkey-Iraq Relations: From Close Partners to Adversaries**. In: The German Marshall Fund of the United States, 2013.

ZAFAR, Shaista. **Turkey's "Zero Problems with Neighbours' Foreign Policy: Relations with Syria**. In: Journal of European Studies, 2012.

ZANOTTI, Jim. **Turkey: Background and U.S. Relations**. In: Congressional Research Service, 2012.